

Viabilidade de uma rede social no ensino superior do Turismo

Resumo

O artigo estuda a organização da rede de instituições presentes no ensino superior do Turismo em Portugal e o interesse de criar uma rede social neste âmbito. No seguimento apresenta-se o projecto Observatório Nacional de Educação em Turismo, que constituirá uma plataforma tecnológica de trabalho para esta comunidade académica, com vista à sua organização e funcionamento eficiente em rede, partilhando conhecimento e experiências relevantes a nível nacional e regional, gerando valor acrescentado para o reconhecimento da importância da educação em Turismo. Também investigamos sobre a conveniência de usar as redes sociais no campo das ciências da educação com o intuito de interpretar a sua aplicação à ciência do Turismo, de modo a justificar a eventual necessidade da criação de uma rede social no Turismo na Região Centro.

Palavras-chave: rede; Turismo; ensino superior, Região Centro.

Viability of a social network in Tourism higher education

Abstract

This paper studies the organization of the network of institutions in the higher education of Tourism in Portugal and the interest of creating a social network in this context. Next, we explain the plan of National Observatory for Tourism Education, which will provide a technological platform of work for the Tourism academic community, with a view to its organization and efficient functioning networking, sharing knowledge and experience relevant to national and regional levels, creating added value to the recognition of the importance of education in Tourism. We also investigate about the appropriateness of using social networks in science education in order to interpret its application to science of Tourism in order to justify the possible need to create a social network on Tourism in the Center Region.

Keywords: network, Tourism, higher education, Center Region.

Introdução

O presente artigo visa analisar a distribuição e a organização da rede de instituições e de intervenientes no âmbito da acção formativa no ensino superior do Turismo, com particular incidência sobre a dinâmica sistémica existente na Região Centro de Portugal, segundo o critério da NUT II. A entrevista a coordenadores de curso de 1º ciclo (licenciatura) desta área de estudos permitiu recolher dados primários para interpretar as relações formais e informais existentes nessa comunidade científica em Portugal e na Região Centro. A criação de uma comunidade específica permite desenvolver um fórum de reflexão e discussão para interpretar as práticas de formação mais inovadoras entre os vários cursos em apreço. A partir de uma análise nacional pretende-se, igualmente, demonstrar que o desenvolvimento do Turismo a nível regional também exige um diagnóstico rigoroso e um conhecimento, o mais detalhado possível, do modo de promover uma consequente estratégia formativa articulada com vista a responder eficazmente aos desafios do ensino superior europeu, como é postulado na Declaração de Bolonha.

Acreditamos que o funcionamento eficiente das redes sociais em torno do Turismo poderiam constituir instrumentos de trabalho poderosos com o intuito de melhorar os processos de comunicação entre os diversos *stakeholders*, quer no ensino superior, quer na formação profissional. Dada a importância actual do Turismo nos vários níveis de ensino justifica-se cada vez mais a sua efectiva articulação em rede, quer na dinâmica vertical quer na horizontal. Torna-se assim necessário recorrer à Sociometria como metodologia importante para estudar e estruturar as relações existentes entre os membros da comunidade académica do Turismo na Região Centro.

A investigação realizada em 2005, a nível de doutoramento, revelou uma notável receptividade e interesse dos responsáveis de cursos superiores na área do Turismo à adesão a uma estrutura de trabalho em rede. Também consideraram pertinente esse trabalho partilhado com vista a introduzir adaptações no funcionamento e nas estruturas curriculares dos cursos, nomeadamente para estimular a mobilidade. Os vários indicadores usados revelam uma clara tendência para valorizar a estruturação em rede, que deve ser bem coordenada, assumindo objectivos orientados para a formulação de políticas e estratégias educativas comuns, por forma a comunicar e a dialogar mais eficazmente entre os pares da comunidade académica, o que permitiria maior eficiência do sistema de ensino no Turismo.

No seguimento da referida receptividade, o projecto Observatório Nacional de Educação em Turismo (ONET) tem vindo a ser assumido como uma plataforma de trabalho para a nossa comunidade académica do Turismo, que pode ser decisiva para melhorar a sua organização e funcionamento em rede, contribuindo para uma coesão salutar entre *stakeholders*, estimulando a partilha e difusão de conhecimento e de experiências a nível nacional, bem como funcionando como plataforma a uma poderosa rede social que agregue valor acrescentado em torno do sistema de educação e formação do Turismo. Assim, através do estudo aqui proposto, numa primeira fase, pretende-se começar a implementar o ONET na área geográfica correspondente à Região Centro, na qual estão sedeadas as instituições de ensino superior dos seus promotores, para depois o alargar ao espaço nacional. Também analisamos o interesse das redes sociais no campo das ciências da educação com vista a contextualizar o seu potencial para a ciência do Turismo, com vista a justificar a pertinência da criação de uma rede social no Turismo na Região Centro.

1. Organização da rede de ensino do Turismo em Portugal

O sistema educativo nacional constitui o quadro de referência dos currículos escolares, na medida em que fornece os princípios orientadores, propõe as finalidades educativas, garante a sua organização e, ainda, define as características estruturais. A natureza e o relacionamento entre os vários elementos desse sistema exigem uma reflexão cuidadosa, que permita compreender as suas relações e definir as melhores estratégias educativas. Neste âmbito, é importante considerar os princípios de enquadramento curricular e pedagógico no ensino superior, no qual incide este estudo aplicado à área científica do Turismo.

Os anos 60 assinalam o alargamento da rede de ensino e o “esforço de democratização do acesso e da equidade dos serviços prestados” (Arroteia, 1996: 39). A última reforma educativa corresponde à aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), em 1986 (Paulo, 1999: 335-347). A LBSE (Lei 46/86 de 14 de Outubro) contém as directivas da educação escolar. O primeiro artigo define o sistema como o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa, orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade; “(...) desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas” (art. 1º).

O sistema formativo inclui a rede do Ensino Superior, sendo a sua organização, em termos constitucionais, da competência do Estado Português. Nos precisos termos do n.º 1 do artigo 75.º da Constituição da República, “o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino, que cubra as necessidades de toda a população”. Para Simão *et al.* (2003: 294-351), na construção desta rede interessa garantir critérios de: equidade geográfica, orientada para a superação de factores culturais e económicos, condicionantes do desenvolvimento regional; partilha equilibrada entre as duas modalidades de ensino, que configuram o sistema binário do ensino superior em Portugal, solicitando de cada uma o contributo mais ajustado à sua matriz formativa e às necessidades do País; escolha ponderada dos cursos ministrados em cada estabelecimento de ensino, fazendo-os depender do sentido de oportunidade sócio-económica, que ofereçam garantias de uma procura sustentada, determinada por motivações individuais inequívocas.

O ensino superior deve ser concebido na lógica de “cadeia educativa”, segundo Martins (1998: 75), tanto o universitário como o politécnico, quer no sector público, quer no privado, para fomentar a apreciação da qualidade “para o maior número nas melhores condições”. O Estado pode assumir as responsabilidades do seu desenvolvimento, consolidação e avaliação; considerar a participação financeira limitada e reduzida a alguns estudantes e famílias, através da melhoria efectiva dos apoios sociais, segundo o princípio da igualdade de oportunidades.

A evolução da Universidade, em Portugal, segundo Gago (1994), passou por três fases: a primeira termina nos anos 70 e representa o fim da universidade tradicional; a segunda ocorre nos anos 80, quando se afirma a universidade de investigação; nos anos 90 surge a terceira fase, verificando-se grandes alterações na universidade no sentido do fortalecimento da sua ligação à indústria. É também neste contexto que se afirma a educação em Turismo como uma área vocacional estratégica no Ensino Superior Português. Nesta mudança, Simão *et al.* (2003: 19) acreditam que “a soberania desloca-se cada vez mais do plano político e militar para o plano científico e cultural”, numa dimensão europeia do Ensino Superior. Esta nova soberania alarga-se e enfrenta os riscos provenientes da internacionalização, da perda de identidade do

próprio sistema e das instituições face à subvalorização da Língua Portuguesa e à subalternização de Portugal como país periférico. Assim, interessa compreender o binómio ensino superior e sociedade do conhecimento como desafio à própria identidade da academia nacional.

A crescente abertura da academia exige a redefinição do relacionamento universidade/politécnico com as empresas, segundo Simão *et al.* (2003: 62-64), incidindo em “aspectos organizativos e de financiamento, pelo que se podem clarificar com rigor os limites da liberdade de investigação e de exploração dos resultados e a sua confidencialidade”. As instituições de Ensino Superior podem preservar a “independência de pensamento na sociedade do conhecimento, se forem capazes de desempenhar a importante missão de se colocarem na vanguarda das transformações sociais (...)”. Em Portugal, a transição da sociedade industrial para a do conhecimento só é possível com investimentos selectivos na qualificação dos recursos humanos e em investigação e desenvolvimento, designadamente na educação em Turismo.

O processo de internacionalização dos sistemas educativos tende a gerar uma globalização nas respectivas políticas educacionais (Seixas, 2003). A filosofia tecnocrática é a base das orientações educativas nos países desenvolvidos, por atribuir importância à educação para a competitividade, num mercado de tendência internacional, que obedece a imperativos de natureza económica (Ball, 1998). A articulação entre o sistema formativo e o produtivo visa responder à dinâmica de mercado, o que implica uma reorganização e centralização dos currículos. É uma constatação que reforça o interesse da nossa hipótese de trabalho porque supõe a necessidade de um certo equilíbrio no mercado de competências, que pode ser garantido através de um investimento seguro no sector educativo com vista a desenvolver o mercado laboral do sector do turismo. Considera-se, ainda, que a implementação do Processo de Bolonha poderia ter sido uma oportunidade para um desenvolvimento curricular mais científico na área do Turismo.

Este artigo também é inspirado pela estratégia desenvolvida pelo Observatório do Turismo (OT), que foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2000 de 30 de Junho (www.observatorio-turismo.gov.pt). Este organismo público, no decorrer das suas actividades, procedeu à elaboração de bases de dados com vista a dar apoio ao sector do turismo, englobando agentes públicos e privados. Neste âmbito, a Base de Dados de Educação e Formação em Turismo assumia-se como um instrumento de enorme importância na procura e recolha de informação na área da Educação e Formação em Turismo em Portugal, nomeadamente apresentando uma estruturação a nível das NUT II. Este trabalho, caso tivesse sido plenamente implementado, poderia facilitar a constituição da rede social na área da educação em Turismo na Região Centro de Portugal, que aqui passamos a analisar.

De acordo com as normais da Organização Mundial do Turismo (OMT), nomeadamente a construção de um sistema educativo de qualidade e em colaboração com o sector público e privado, o OT disponibilizou-se a prestar o seu contributo nesta área, directa ou indirectamente, para que se atinjam alguns dos seguintes objectivos: facilitar a comunicação entre todas as organizações que se interessam pelo ensino e pela formação na área do Turismo: organizações nacionais e internacionais, bem como todas as empresas/instituições, públicas e privadas ligadas aos sete subsistemas do Turismo, de acordo com a nomenclatura da Conta Satélite do Turismo (CST); servir de catalisador entre todas estas organizações com vista ao progresso contínuo do ensino e da formação em Portugal, insistindo sobretudo nos aspectos ligados à concretização de objectivos de qualidade, de ética e de valores; apoiar ao

máximo, de forma contínua, todos os processos de iniciativa ao melhoramento da aprendizagem e de formação no seio da indústria do turismo. A constituição de um plano de acção eficaz para uma área tão importante como o ensino e formação, da qual depende directamente o sucesso da indústria do turismo. É neste âmbito e como plataforma de convergência entre a procura e a oferta na área de formação e ensino, que o OT pretendeu também constituir um projecto de uma Bolsa de Emprego, para a área do Turismo. Toda a informação seria da responsabilidade das Unidades de Observação Regional (UOR), que estabeleceriam contactos com as entidades da sua área de abrangência, com vista a alimentar a informação a disponibilizar, não dispensando, no entanto, uma consulta mais detalhada junto das entidades formadoras.

O planeamento e desenvolvimento curriculares e a estruturação científica dos *curricula* em Turismo, no nosso País, parecem ainda não ter verificado a importância que lhes é devida. Logicamente, há algumas consequências perniciosas da incapacidade de trabalho em equipa, designadamente porque as importantes inovações podem gorar-se devido à dificuldade de produzir e gerir conhecimento pertinente no campo da educação em Turismo. Assim, pretendem-se discutir questões importantes que afectam o currículo em Turismo.

Constatou-se que a imaginação na escolha das designações dos cursos superiores em Turismo foi muito fértil no nosso País (Salgado, 2007). Parece ser uma tendência portuguesa que permitiu criar alguns cursos com fins ausentes do seu valor formativo autêntico para suprir necessidades do mercado laboral. É uma situação tudo menos legível e transparente ao nível nacional e regional e, se assim o é, como se pode adoptar um sistema de graus de acessível leitura e comparação no âmbito do sistema europeu do Ensino Superior? (no contexto da Declaração de Bolonha). Por exemplo, o primeiro ciclo do Ensino Superior em Portugal tem a duração de três anos lectivos e em Espanha a duração é de quatro. Na realidade, os dois países da Península Ibérica encontram-se em contra ciclo pois divergem numa decisão que seria estratégica e consentânea e, no mínimo, uniformizadora no que concerne ao período temporal de execução de um curso superior de 1º ciclo de licenciatura.

A formação superior em Turismo registou, desde o seu início em 1986/87, um acentuado crescimento, quer em termos de oferta de cursos, quer de procura pelos candidatos. Segundo Gonçalves *et al.* (2005), pode considerar-se que as competências a adquirir em qualquer formação superior, nesta área, devem ser adequadas ao grau conferido, e também relacionar-se com: a supervisão de operacionais e/ou responsabilidade pela aplicação e transmissão de um saber pericial especializado de nível médio-superior (1º ciclo); a gestão ou direcção de unidades empresarias ou áreas institucionais; e/ou a responsabilidade pela resolução de problemas e pela apresentação de soluções na implementação de tarefas de saber pericial especializado de nível superior, envolvendo reflexão sobre o saber especializado (2º ciclo). Em ambos os ciclos, observa-se a presença de competências gerais de natureza: instrumental e de enquadramento da actividade; interpessoais e de gestão de recursos humanos; e sistémicas e conceptuais; a investigação aprofundada sobre determinado aspecto do conhecimento sectorial, de âmbito geral e/ou aplicada, cujo sucesso se traduz não em competências pré-determinadas e formatadas, mas antes numa elevada qualificação pessoal (3º ciclo).

O turismo baseia-se num conjunto de actividades de serviços na actual civilização do ócio. Crescentemente, é entendido como fenómeno complexo que inclui variáveis culturais, económicas, ecológicas, políticas, sociais, tecnológicas, entre outras. As suas diversas definições tendem a reflectir as opiniões dos profissionais dos vários sectores envolvidos e dos restantes intervenientes na educação turística. Estes pressupostos ajudam a compreender

as competências específicas necessárias à formação superior (Gonçalves *et al.*, 2005). Para o primeiro ciclo, são definidas como adequadas as competências de natureza mais genérica, enquanto que se preconizam formações mais específicas para o segundo, necessariamente associadas à aquisição de competências a nível da gestão de recursos e produtos, de destinos e mercados, e ainda de outros domínios funcionais. A implementação do Processo de Bolonha podia conduzir a uma substancial redução das designações do primeiro ciclo. Assim, de acordo com os resultados da aprendizagem preconizados, os cursos deveriam adoptar designações concordantes com as áreas de especialidade definidas: turismo, gestão hoteleira e gestão da restauração. Porém, no segundo ciclo, não deverão ser introduzidas quaisquer restrições na designação dos cursos, na medida em que estes devem ser integrados nos projectos científicos e pedagógicos da responsabilidade das instituições académicas.

A definição de um espaço europeu de Ensino Superior visou realizar amplos e ambiciosos objectivos, nomeadamente melhorar as mobilidades de discentes e docentes e a empregabilidade de diplomados. Para atingir esse fim é indispensável a legibilidade dos *curricula* entre os Estados signatários da Declaração de Bolonha. Em Espanha, por exemplo, a *Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación* (ANECA, 2004: 185-205) desenvolveu um extenso e pormenorizado trabalho intitulado *Título de Grado en Turismo*, de acordo com os princípios da Declaração de Bolonha.

O *Centre Européen pour le Développement de la Formation Professionnelle* (CEDEFOP, 1999: 9) indica que a ausência de fontes informativas rigorosas é uma condicionante que obsta ao melhor conhecimento do sistema de formação. Na realidade, as acções formativas surgem como um mosaico rico de experiências, em que quase tudo coexiste, mas onde a dimensão e os objectivos do sistema formativo português se diluem e assumem um carácter bastante fluído. Neste propósito, Joaquim (1998) salienta o facto de só, recentemente, alguns responsáveis da comunidade académica terem reconhecido o Turismo como área científica, o que faz com que não exista em Portugal um corpo de especialistas, como existe na agricultura e na indústria, o que coloca muitos problemas à formação. Ao reflectir sobre a pertinência da formação, Moura (1999: 57) afirma que lhe compete a preparação dos jovens para a inserção no mundo do trabalho: “Regra geral, os jovens saem das universidades com as competências do passado, enquanto o mundo do trabalho exige as competências do futuro”.

A diversidade de disciplinas que contribui para o estudo do Turismo reflecte também a variedade das qualificações académicas e das experiências de trabalho dos educadores. Como resultado, os planos de estudo de Turismo assumem o carácter de determinado especialista da faculdade ou da escola. No ensino superior, muitos cursos de Turismo têm a vocação do negócio ou a fundação nas ciências sociais. Salienta-se, ainda, a diversidade de tipologias de escolas e departamentos onde são ministrados estes cursos. A filosofia adoptada por estas instituições baseia-se na tendência de incluir os estudos do Turismo nas faculdades de negócios ou em faculdades de ciências sociais. A realidade educativa mostra os cursos superiores em análise, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior distribuídos e organizados por áreas científicas de formação e educação (Diário da República, 2005). A Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação inclui uma área geral designada por Serviços, que inclui os Serviços Pessoais, nomeadamente as áreas de Hotelaria e Restauração e de Turismo e Lazer (tabela 1). Existem também cursos do Turismo na área denominada Gestão e Administração.

Tabela 1 - Fracções da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação

Grandes Grupos	Áreas de Estudo	Áreas de Educação e Formação
3 – Ciências Sociais, Comércio e Direito	34 – Ciências Empresariais	345 – Gestão e Administração
8 - Serviços	81 - Serviços Pessoais	811 - Hotelaria e Restauração 812 - Turismo e Lazer

(Fonte: Diário da República, 2005)

A Portaria n.º 782/2009 vem regular o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais, que entrará em vigor no a 1 de Outubro de 2010. Neste novo quadro, o Ensino Superior integra os níveis de qualificação V a VIII. No nível VI, correspondente a licenciatura - 1º ciclo, pretende-se atingir um conhecimento aprofundado de uma determinada área de estudo ou de trabalho que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios. Este nível assenta em aptidões avançadas que revelam a mestria e a inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área especializada de estudo ou de trabalho, tendo como objectivo fornecer as seguintes atitudes: gerir actividades ou projectos técnicos ou profissionais complexos, assumindo a responsabilidade da tomada de decisões em contextos de estudo ou de trabalho imprevisíveis. Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional individual e colectivo. Assim, a educação e o desenvolvimento curricular nestes cursos de nível VI aplicam-se ao estudo do Turismo, devido ao interesse e a necessidade de investigar a evolução e o estado actual desta área científica no sistema educativo nacional.

A definição e criação da comunidade académica do Turismo permitiria desenvolver e implementar fóruns de trabalhos de cariz científico, designadamente com vista a interpretar as melhores e mais inovadoras práticas de formação e implementá-las entre os vários cursos em apreço. A partir de uma análise nacional pretende-se comprovar que o desenvolvimento do Turismo a nível regional também exige um diagnóstico e conhecimento rigorosos, com o intuito da construção de uma estratégia formativa articulada a nível regional e nacional, com vista a responder adequadamente aos desafios e sinergias do espaço do ensino superior europeu. De facto, o funcionamento eficiente das redes sociais no Turismo poderão constituir instrumentos de trabalho interessantes para melhorar a comunicação entre os agentes educativos, quer no ensino superior, quer na formação profissional. Consta-se que a crescente importância do Turismo no sistema de ensino nacional obriga à urgência na sua efectiva articulação e interacção em rede, quer num mesmo nível de ensino quer entre os vários níveis formativos. Aqui vai-se, especialmente, estudar a estrutura e a interacção entre os membros da comunidade académica do Turismo na Região Centro.

2. Observatório Nacional de Educação em Turismo

O Observatório Nacional de Educação em Turismo (ONET), como espaço de recolha, organização e difusão de conhecimento, poderá contribuir positivamente para preencher uma lacuna existente entre o mercado de formação e o mercado de emprego nos vários sectores da indústria turística. Por sua vez, o site do ONET visa constituir-se como uma ferramenta de trabalho útil para professores, estudantes e empregadores, e demais intervenientes no sistema educativo e no sistema produtivo do sector, através da agregação de informação relativa aos sectores público e privado do turismo.

A Base de Dados do Mercado de Formação em Turismo (BDMFT) tem como finalidade a organização coerente da informação e a difusão eficaz do conhecimento produzido que é respeitante ao modelo de sistema educativo e formativo existente no nosso País. No seguimento da apresentação dos objectivos e da estrutura básica desta ferramenta, revela-se essencial apresentar formas escorreitas de pesquisa e sistematização de dados a utilizar por diversos tipos de usuários. Esta base de dados constitui uma ferramenta de trabalho necessária, sobretudo para os agentes que operam no sector educativo do Turismo, pois permite pesquisar informação relativa aos cursos de formação inicial ministrados em Portugal, quer ao nível profissional quer ao do ensino superior. Esta base de dados encontrar-se-á disponível no web site do ONET, em www.onet.pt, alojado em servidor web a negociar com instituição de ensino superior que apoie a investigação científica no Turismo, para que todos os internautas tenham acesso a informações relativas à temática, mormente tipos de estabelecimentos de ensino, tipos de cursos, tipologias de formação e educação e, ainda, localização geográfica recorrendo a diversos critérios.

Assim, os seus principais objectivos são: contribuir para a concretização dos objectivos gerais definidos para o ONET, nomeadamente aprofundar o conhecimento do sector educativo do Turismo; fornecer instrumentos eficazes de análise, quer aos educadores e estudantes, quer aos empresários e decisores institucionais, de modo a ajudar à tomada de decisões; dotar o sector educativo de maior transparência e rapidez na disponibilidade de informação; possibilitar uma maior interacção, a médio prazo, entre quem procura a informação e quem a detém e a pretende divulgar eficazmente, nomeadamente as escolas, nos vários níveis de ensino, o Turismo de Portugal, entre outros agentes de formação.

Esta Base de Dados é construída a partir de informação recolhida em vários ministérios, incluindo o Turismo de Portugal, e em obras bibliográficas diversas. Essa informação foi devidamente organizada e classificada para estar disponível no ONET. A actualização dos dados é da responsabilidade dos seus promotores e gestores, mas deve, igualmente, ser fornecida informação pertinente por todos os responsáveis dos cursos das diversas instituições escolares. Em termos práticos, significa que qualquer mudança curricular num curso ou outro tipo de conteúdo relevante sobre uma dada escola, deve ser comunicada ao gestor do ONET, com vista a uma actualização constante do seu web site.

A BDMFT está estruturada de acordo com o critério geográfico (NUT II/ NUT III e distrito/concelho), a área de educação e formação (área de estudo/área de educação e formação), o tipo de ensino (profissional, tecnológico e superior) e a natureza do estabelecimento de ensino (sector público ou privado e sistema politécnico/universitário ou secundário/profissional ou, ainda, EB23). Os cursos de formação inicial, na BDMFT, dividem-se de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), da seguinte forma: a) Ensino Profissional; b) Ensino Tecnológico; c) Ensino Superior. O Ensino Profissional inclui toda a informação relativa aos cursos técnicos de turismo leccionados em escolas profissionais ou outras instituições de ensino com formação inicial de nível III e IV. Por outro lado, a informação referente aos cursos de especialização tecnológica (nível V) e aos cursos superiores na área do Turismo (nível VI, VII e VIII) é enquadrada nos institutos politécnicos e nas universidades.

De acordo com a estrutura do ONET, atrás exposta, em cada um dos campos será possível pesquisar a informação pretendida de acordo com as modalidades de pesquisa simples ou pesquisa avançada, como afrente se exemplifica. De facto, a pesquisa simples serve os interesses de um utilizador que deseja aceder directamente ao tipo de formação pretendida

através da apresentação dos registos existentes na Base de Dados, que são referentes à opção escrita no campo genérico. Por outro lado, a pesquisa avançada permite uma recolha de informação mais detalhada por parte do utilizador, através do preenchimento de vários campos que filtrarão a informação pelo uso de critérios de pesquisa predeterminados. Os resultados da pesquisa são iguais, quer para a pesquisa simples, quer para a pesquisa avançada, sendo apresentados em duas fases: 1ª fase - listagem de Cursos e respectivas Instituições onde existe a informação pretendida; 2ª fase - apresentação de informação detalhada de cada Curso e respectivas Instituições.

De forma a exemplificar os resultados de uma pesquisa, tome-se em atenção o seguinte exemplo: a) Curso: Licenciatura; b) Concelho: Seia. Partindo das opções fornecidas pelo utilizador, a informação será apresentada da seguinte forma: Licenciatura em Turismo e Lazer; Licenciatura em Gestão Hoteleira; Licenciatura em Restauração e Catering.

Consideramos que o turismo português não deve perder o comboio das mudanças que, inevitavelmente, estão a acontecer na Europa e no mundo. É um processo de adaptação exigente a que não se podem alhear as instituições de ensino. No nível do ensino superior, o Processo de Bolonha veio procurar “arrumar a casa” a nível europeu, para que essas alterações se façam com algumas regras, também a nível do nosso País. Se não se fizer também com rigor a avaliação contínua dos impactos das mudanças promovidas ao abrigo do Processo de Bolonha, nomeadamente a nível da necessária adequação da educação em Turismo, arriscamo-nos todos a perder ainda mais competitividade numa área científica tão importante para a economia e a sociedade portuguesas.

As conclusões preliminares que podem ser extraídas do desenvolvimento teórico do ONET permitem sustentar, com alguma segurança, a importância deste projecto para Portugal e suas regiões. É um projecto que supõe uma organização de redes, que inclua as instituições do subsistema público e do privado, e contemple todas as instituições de ensino em Turismo. A nova realidade educativa, particularmente no ensino superior, exige respostas adequadas de interpretação das tendências e da implementação das inovações que agreguem valor acrescentado com vista a aumentar a nossa competitividade em termos internacionais. Há uma vertente economicista que se vai impondo à gestão das escolas (sem esquecer o ponto de vista curricular), tendo em conta as crescentes exigências do mercado de emprego e de outros mercados vários. Acreditamos que a inserção do Turismo no sistema formativo nacional pode orientar-se no sentido da maior profissionalização dos técnicos, em qualquer das ramificações do sector. A constatação das necessidades laborais e formativas exige uma adequada resposta, que se consegue fazendo um acompanhamento atento e continuado de todas as realidades, em ordem aos ajustamentos que se impuserem em cada momento. Este processo, de si mesmo contínuo, poderá utilizar o ONET como instrumento de trabalho académico e prospectivo, quer no sector educativo quer no mercado laboral.

3. Interesse das redes sociais nas Ciências da Educação

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) abrem perspectivas inovadoras e novas oportunidades à sociedade. Por sua vez, a internet possibilita uma difusão cada vez mais rápida do conhecimento, permitindo aos indivíduos e organizações uma melhoria progressiva na eficácia do trabalho, no desenvolvimento dos negócios e na promoção dos produtos. É também neste contexto que se reflecte aqui sobre o papel das redes sociais virtuais, que constituem um eficaz veículo de troca de informação por serem mais inclusivas, democráticas e abertas. Estas redes sociais podem ser classificadas como agrupamentos, por meio de

softwares específicos (aplicativos Web 2.0), que permitem a gravação de perfis, com dados e informação de carácter geral e específico, das mais diversas formas e tipos de dados, os quais podem ser acedidos e visualizados por outras pessoas. Há também a formação por grupos de afinidade, com ou sem autorização, e de espaços específicos para discussões, debates e apresentação de temas variados (comunidades, fóruns e blogspots).

As redes sociais com base na Internet estão cada vez mais presentes no quotidiano de alunos e professores. No entanto, estas ferramentas parecem ainda ser pouco exploradas na sala de aula. Muitas vezes, o acesso a este tipo de recurso é reduzido nas escolas, em função do receio de que o aluno se interesse por assuntos que não estão directamente ligados ao conteúdo científico que se pretende no processo de ensino. Uma palavra-chave nas redes sociais será colaboração, segundo Recuero (2009). Dessa forma, professores e alunos assumem o papel de colaboradores numa troca mútua de conhecimento. A participação activa dos alunos na construção da sua própria aprendizagem e colaborando com os seus pares será, com certeza, um aspecto muito positivo. A utilização das redes sociais pode ser implementada na própria escola, caso exista um laboratório de informática, nas *lan houses* ou na casa dos alunos. O trabalho nas redes sociais com alunos pode exigir a escolha entre o Orkut e a rede Ning. Porém, o Ning tem características de um ambiente virtual de aprendizagem com mais recursos de interacção.

Alexander (2010: 197-198) refere que os serviços prestados pelas redes sociais envolvem diariamente milhões de pessoas em todo o mundo. Ele considera que os alunos estão, por vezes, melhor posicionados neste domínio do que os professores da academia com vista à adequada utilização dessas redes. Os adolescentes podem usar um blog, ter uma conta no MySpace ou no Facebook e, em seguida, mudar facilmente para outra plataforma emergente. Hoje, a Wikipedia é muito útil para eles e excitante à medida que a sua notoriedade cresce. Alexander indica que os estudantes universitários já estão participando nas redes sociais online, consumindo mídia digital e começando a criar conteúdos digitais. A Web 2.0 ainda não é mais notável porque só descreve apenas a estrutura dos meios de comunicação e socialização. Como as universidades podem responder a este novo mundo, que se erigiu em torno de nós em poucos anos? Vários caminhos estão abertos mas algumas instituições já fazem um trabalho interessante: uma aprendizagem de gestão do sucesso, seguindo novas e emergentes tecnologias que estão a mudar a aprendizagem (que alguns chamam de Aprendizagem 2.0), que também ajuda a repensar a alfabetização. O ensino superior também tem sofrido uma transformação no microconteúdo através de sistemas de gestão de cursos, com uma enorme quantidade de materiais disponibilizados pelo docente, que incide sobre este processo do microconteúdo à distância, facilitando e tornando mais visível o crescimento do ensino digital. Para as duas abordagens sugeridas por Alexander (2010: 201), a colaboração académica é mais necessária do que nunca. Os projectos Web 2.0 desenvolvem-se com uma rápida velocidade até para o mundo digital, ao se propagar através das categorias da computação durante o seu desenvolvimento. A partilha de experiências e lições aprendidas em muitas destas plataformas é enorme e beneficia de um grande campo de estudos de caso. As abordagens para além desta breve discussão devem ser superficiais mas assentam nas melhores tradições da academia e do crescente universo de *open source*.

A ideia de O'Reilly, no seu artigo *What is Web 2.0*, assume a "mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. A regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência colectiva".

Segundo Bohn (2010), a criação de comunidades sobre temas educacionais vem crescendo e isso faz com que outras pessoas interessadas no assunto se unam para debater e compartilhar informações numa rede. Alguns recursos que podem ser explorados pelos professores são os sites conhecidos como Wikis, sites para compartilhar vídeos como o Youtube, os serviços de Podcast, redes sociais de relacionamento, entre outras ferramentas. A partir dessas ferramentas da Web 2.0, uma que merece destaque especial são as redes sociais. Como exemplo temos o Orkut, que é uma rede social bastante famosa entre os adolescentes, o Ning e o MySpace. Assim como as ferramentas da Web 2.0, as redes sociais oferecem um imenso potencial pedagógico, pois possibilitam o estudo em grupo, troca de conhecimento e aprendizagem colaborativa. Uma das ferramentas de comunicação existentes em quase todas as redes sociais são os fóruns de discussão, onde os membros podem abrir um novo tópico e interagir com outros membros compartilhando ideias.

Segundo Campos (2009), não é de hoje que as instituições de ensino superior estão ligadas às inovações tecnológicas e à evolução de soluções específicas para a área, que possa manter a atenção do aluno e ajudá-lo na sua aprendizagem. Assim, temos laboratórios cada vez mais equipados, nomeadamente com *data-show* para tornar as aulas mais atractivas e mais dinâmicas, o que gera oportunidades para utilização de recursos multimédia, etc. De facto, a comunicação entre as instituições e seus *stakeholders* também segue esse caminho e a tecnologia surge como um elo entre a comunicação activa e o relacionamento entre as partes. Hoje, é quase impossível encontrar uma instituição de ensino superior que não utilize as novas redes sociais, monitorizando a sua imagem na Web e mesmo participando activamente das oportunidades que surgem com a utilização de canais como o Twitter, Youtube, Orkut, Flickr e os *blogs* corporativos. Portanto, inserir-se nas redes sociais não é uma tarefa simples para as instituições, pois traz uma série de desafios, mas também diversas oportunidades, para que a comunicação flua com o dinamismo que só a rede proporciona.

O maior avanço proporcionado por estas ferramentas deve-se à aprendizagem em rede. Em países como a Inglaterra e o Japão, este método de ensino tem tido algum sucesso: no espaço virtual, os alunos debatem temas, sob a supervisão do professor, apresentados na sala de aula e podem ainda tirar dúvidas a partir de casa. O Twitter também é adoptado por algumas escolas devido a uma das suas particularidades: os textos só podem ter 140 caracteres, no máximo, e os alunos são desafiados a exprimir ideias de forma concisa. Em algumas escolas chega mesmo a haver concursos e gincanas nas quais vencem os estudantes com a maior capacidade de síntese. Um tema muito discutido é: como fazer uso seguro e produtivo das redes? O Twitter agrada às escolas pois proporciona autenticidade. Um utilizador necessita de ter um nome de utilizador e uma palavra-chave para poder participar nestas sessões. Porém todo o conteúdo que daí resulta fica disponível na internet. Preocupadas com essa situação, algumas escolas preferem criar redes próprias, que funcionam como uma intranet, tendo condições para se responsabilizarem pelo que se passa na rede e evitando assim a exposição dos próprios alunos.

Por sua vez, o Ning é um site pedagógico interessante pois oferece a criação gratuita de uma rede social. Podemos compará-lo a um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), devido às inúmeras ferramentas que oferece, desde o tradicional fórum até à criação de blogs, upload de vídeos, fotos, áudio, etc. O maior desafio é, talvez, tornar este ensino em rede algo realmente eficaz. Nos Estados Unidos, algumas escolas que tentaram implementar este método de ensino foram forçadas a recuar na sua decisão. Quando os exercícios decorriam dentro dos domínios da escola, verificou-se que os estudantes preferiam visitar os seus sites preferidos e

ficar a conversar em chats online enquanto a aula se desenrolava, podendo caracterizar-se como um fiasco. Outro perigo do ambiente virtual diz respeito ao tipo de linguagem que os alunos tendem a utilizar na rede, bem distante das regras de escrita cuidada.

Com base na experiência internacional, já se consegue realizar um estudo acerca de quais os métodos e ferramentas que melhor funcionam. Uma das medidas que tem tido mais sucesso é a de colocar crianças a partilhar projectos de pesquisa em rede, reproduzindo assim (numa pequena escala), o que se vê em centros de pesquisa. A partir de casa, os alunos vão trocando informações e cada um vai desenvolvendo a sua parte do projecto até ao momento em que se juntam todas as partes. O interesse despertado neste tipo de exercício ajuda a explicar o porquê de um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que refere que, com um computador em casa, as crianças dedicam cerca de 30% mais tempo aos estudos. Está provado também que a rede incentiva a rapidez de raciocínio, o trabalho em equipa e a capacidade de expor as ideias em público, mesmo que seja à distância.

Zanetti (2009) refere que, em 2006, Seely Brown, um consultor do Instituto de Tecnologia do Massachusetts (MIT), salientou que as escolas e universidades de todo o mundo não investiam em projectos educacionais que utilizassem recursos da Web 2.0. Tais projectos poderiam incutir nos alunos a cultura de divulgar e debater as ideias. Este princípio tem vindo a ser cada vez mais enfatizado por diversos investigadores da área da educação: dar a possibilidade do aluno se tornar algo mais do que um ser passivo na etapa de aprendizagem. O aluno pode tornar-se muito mais activo se vir nessas ferramentas a oportunidade ideal para formar e trocar conhecimentos, tornando-se um co-autor. O princípio da co-autoria é defendido há já algum tempo por muitos nomes da área da educação. Paulo Freire, professor e filósofo brasileiro, defende o espaço de aprendizagem como um ambiente de interacção onde os papéis de emissor e receptor não são evidentes, tornando-se o aluno um elemento colaborante na construção do conhecimento. Podemos entender esta interacção como uma relação entre professor e aluno na formação do ambiente educacional, no diálogo proposto e na criação do material a ser discutido. Através de um ambiente colaborativo como o das redes sociais, o professor terá a oportunidade de verificar alguns aspectos difíceis de serem identificados no contexto de sala de aula, tais como as capacidades de escrita, pesquisa, opinião e debate.

Estas redes de comunicação, segundo Zanetti (2009), também podem ser mais-valias para a instituição de ensino. Por exemplo, um Wiki bem desenvolvido poderá ser usado como ferramenta pelos futuros alunos, ficando a instituição com uma enciclopédia particular. Uma rede social bem focada e administrada poderia ser um elo de ligação entre o aluno e a escola até quando o aluno não estiver nela. Claro está que esta metodologia deve ser inserida gradualmente, com um conjunto de actividades em sala e em ambiente virtual. Por exemplo, seria válido o professor trabalhar os conceitos, as ferramentas e os objectivos em sala de aula e, posteriormente, em cada aula, estimular os alunos para o uso dessa tecnologia. Após esta etapa poder-se-á utilizar a comunidade virtual como complemento do trabalho em sala, iniciando-se assim o processo colaborativo. No entanto, neste processo existem algumas barreiras que devem ser ultrapassadas: é necessário que os docentes obtenham formação nestas práticas pedagógicas, que estejam actualizados e aprendam a utilizar estas ferramentas, o que implica despender tempo e trabalho extra. Outra barreira será levar os alunos para esses ambientes pois apesar de a grande maioria já estar familiarizada em termos de dinâmica e tecnologia, é necessário que os alunos saibam qual o seu papel como colaborador e como tirar proveito a favor do processo de aprendizagem. Cabe aos professores “abrir os olhos aos

alunos” para esta oportunidade. De momento já existem ferramentas gratuitas para este fim e será importante provocar mudanças no processo de aprendizagem para que haja não só uma transmissão de conhecimentos, mas que também se ensine os alunos a usar, modificar e até mesmo a discordar.

As redes sociais como o Facebook ou o Twitter estão a contribuir para mudar a estrutura da indústria do turismo ao permitirem que os consumidores partilhem as suas experiências, tornando-se produtores de conteúdos, segundo Buhalis (2010). O "consumidor está a também a tornar-se produtor de informação", o que torna mais difícil a tarefa dos agentes de viagens, que precisam de se reposicionar se não quiserem continuar a perder quota de mercado. Especialista em eTourism, Dimitrios Buhalis é considerado um dos mais respeitados "gurus" da área do turismo, estudando sobretudo o papel da tecnologia na evolução do sector. De facto, "a tecnologia mudou a estrutura do turismo. Melhorou a maneira de comunicar com os clientes e a maneira como os influenciámos. Permite manter um diálogo constante com o cliente. Isso mudou a competitividade da indústria do turismo e a maneira como as organizações comunicam com os clientes”.

Segundo Carrera (2009), os sites de *social networking* profissional estão a mudar o modo como gerimos as nossas redes, pois cada um de nós é responsável por aquilo que coloca na Web como o seu perfil, que pode funcionar como o seu passaporte profissional neste século. De facto, esta constatação suporta o nosso interesse em desenvolver uma rede social no campo da educação em Turismo, que agregue a informação dos seus membros e, ao mesmo tempo, fomente a comunicação entre eles. A organização da rede de intervenientes profissionais no contexto do ensino superior do Turismo, na região Centro de Portugal, é um dos objectivos do presente estudo, que começa aqui por defender a utilização eficiente das redes sociais como uma interessante ferramenta a desenvolver no campo da educação em Turismo.

4. Rede social do ensino superior do Turismo na Região Centro

Actualmente, os cursos de licenciatura (1º ciclo) na área do Turismo são implementados no subsistema universitário e no politécnico. Neste âmbito, apresentam-se duas séries estatísticas (figuras 1 e 2) que sistematizam dados relativos a indicadores relevantes para interpretar a evolução e a importância do Turismo no ensino superior português. Esta análise quantitativa pretende compreender a evolução e o comportamento desta área até 2010/11. A adequação dos cursos superiores ao Processo de Bolonha conduz à oferta formativa de 81 cursos de licenciatura na área do Turismo (31 no sector privado e 50 no público), sendo que há mais 3 cursos (+3,7%) em 2010/11. Esta oferta corresponde a um total de 3449 vagas, sendo ligeiramente superior no público com 1784 vagas (cf. figura 1). É igualmente relevante referir que os estudos do Turismo continuam a verificar uma predominância no subsistema politécnico (67 cursos) face ao universitário (14 cursos). Desta análise constata-se a tendência de acentuado crescimento desta variável no ensino do Turismo.

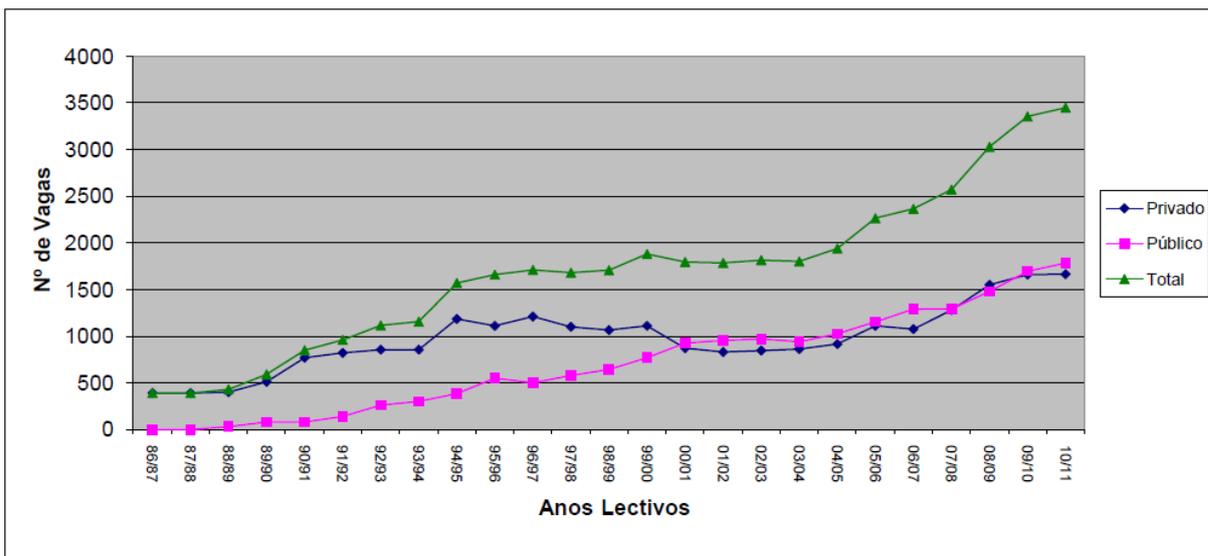


Figura 1 - Vagas do Turismo no ensino superior português (elaboração própria)

No ano lectivo 2009/10, na primeira fase de candidatura ao ensino superior público, houve 1454 colocados nos cursos (86%, representando um decréscimo da procura de 1% relativamente ao ano anterior) para as 1696 vagas disponíveis. Assim, pode afirmar-se que esta área continua a possuir uma procura importante por parte dos candidatos. Para uma análise complementar apresenta-se a figura 2, que representa a série estatística de inscritos pela 1ª vez em cursos superiores no Turismo e onde se verifica o crescimento considerável ocorrido desde 1986/87. No início pode realçar-se o papel essencial do ensino superior privado, porém os dois sectores apresentam diferentes tendências de crescimento, pois o público vê aumentar consideravelmente as matrículas no 1º ano face ao privado, desde 1997/98. No último ano lectivo, o ensino superior registou 2625 novos alunos matriculados, sendo 1813 do sector público e 812 do privado, representando aproximadamente 3,2% do número de novas matrículas. Confirma-se a maior atractividade do sector público que é traduzida pela diferença de 1001 novos inscritos e uma taxa de 69% do total de inscritos pela 1ª vez.

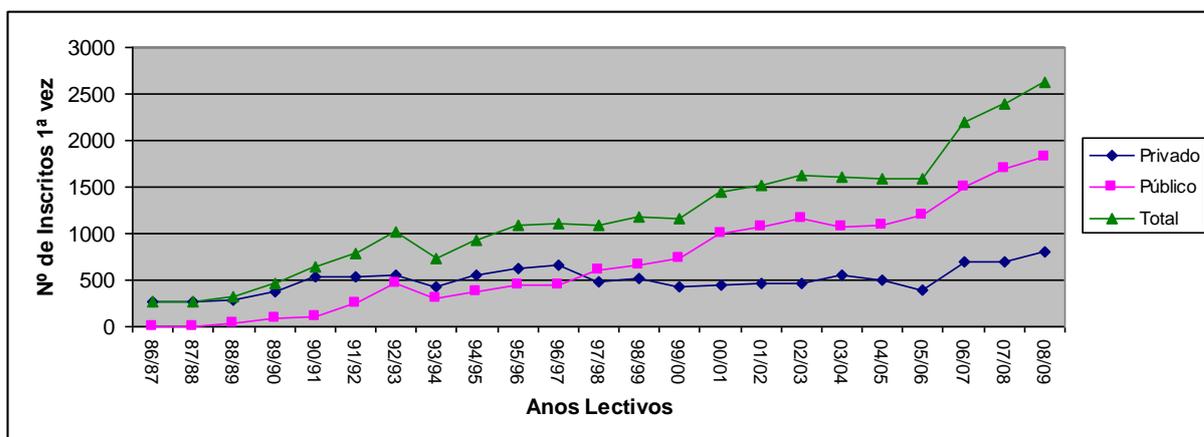


Figura 2 - Alunos inscritos pela 1ª vez no Turismo no ensino superior português (elaboração própria)

As alterações curriculares e educativas no âmbito do Processo de Bolonha são consideráveis nas licenciaturas na área científica do Turismo e, hoje, conclui-se que esta área se integrou plenamente nesta adaptação do ensino superior. Também é importante investigar e avaliar a evolução verificada a nível do 2º e 3º ciclos do ensino superior, bem como nos cursos de especialização tecnológica (CET). De facto, a análise de algumas variáveis sobre a realidade quantitativa dos cursos superiores do Turismo, no âmbito dos subsistemas privado e público, revela-se essencial com vista a compreender o seu comportamento no âmbito do paradigma académico. No seguimento, revela-se interessante analisar as características do desenvolvimento do Turismo registado na Região Centro.

A inexistência de uma política educativa rigorosa de ensino do Turismo, no Ensino Superior Português, é discordante, designadamente, com a importância e o correspondente peso desta actividade económica no País e nas suas Regiões (Salgado, 2007). Neste contexto, realça-se a importância da pesquisa sobre a educação em Turismo, que se pode realizar na academia portuguesa, nomeadamente partindo do diagnóstico da realidade regional para o estabelecimento de algumas linhas orientadoras que permitam uma melhor articulação e interacção entre os intervenientes existentes, designadamente na Região Centro.

Neste contexto, em 2008, apresentou-se o projecto do Observatório Nacional de Educação em Turismo (ONET) na *International Conference in Advances on Tourism Research (IASK)*, que foi descrito sinteticamente na sessão 2. O ONET pretende ser um instrumento de recolha, organização e difusão de conhecimento relevante na área do Turismo, de modo a contribuir para a alvejada articulação entre o sistema educativo e formativo nacional e o mercado de emprego que lhe corresponde. Este projecto está a ser desenvolvido por uma equipa de investigadores de quatro instituições académicas nacionais que também considera o interesse de um observatório de âmbito regional. O interesse deste tipo de abordagem regional é discutida por Brandão e Costa (2010) no artigo *Tourism Observatories supporting regional tourism destinations management and competitiveness*, dado que a gestão de destinos a nível regional está a assumir cada vez maior importância, facto que torna indispensável a recolha e tratamento sistemática de dados com vista a apoiar a fundamentação da tomadas de decisões, quer políticas quer empresariais.

Assume-se, assim, a complexidade da formação em Turismo e a percebida desarticulação entre os intervenientes e, nesses pressupostos, a presente reflexão pretende esclarecer a situação existente no Turismo, de modo a propor algumas sugestões com vista a tornar esse sistema mais eficiente no espaço geográfico da Região Centro. Contudo, o estabelecimento de um sistema formativo integrado na área científica do Turismo, ao nível do Ensino Superior Português, constitui uma estratégia importante para garantir o desenvolvimento sustentado do sector (Salgado, 2007). Esta relação reconhece a indispensabilidade de conceber processos curriculares, formativos e educacionais mais eficientes nesta área científica, que lhe permita alcançar o seu estatuto científico próprio como área de ensino. Estes processos dependem, igualmente, do rigor na organização curricular e na estruturação do sistema em rede, constituindo instrumentos indispensáveis à moderna prática educativa.

No Turismo, os cursos devem ser estabelecidos de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com o planeamento integrado da respectiva rede pública e privada. O sistema formativo em Turismo pretende, assim, garantir o planeamento integrado (em rede) das instituições e dos cursos a nível nacional, mas partindo da prévia articulação regional, que se assume em cada região-plano. Essa é uma vontade expressa pela maioria dos responsáveis de curso que registaram inúmeras vantagens nessa associação em rede (Salgado, 2007). A

referência ao facto dos cursos existentes não terem em conta as necessidades regionais no âmbito de um planeamento integrado da respectiva rede pública e privada, releva que a maioria dos inquiridos considera que a rede é um instrumento indispensável à reorganização mais eficaz do sistema formativo em Turismo. O desenvolvimento curricular no ensino superior poderá ser outro meio essencial para estabelecer melhores planos de estudos dos cursos em Turismo. Na realidade, as deficiências que permanecem na formação em Turismo, especialmente em termos da organização curricular, podem comprometer a desejada estruturação em rede, pois não existe o planeamento que a lei prevê para a rede nacional e regional, que inclua o subsistema público e o privado.

As metodologias curriculares e educativas utilizadas nos últimos vinte e cinco anos na educação em Turismo são visivelmente inadequadas à nova realidade decorrente da plena implementação do Processo de Bolonha. Exige-se assim um grande esforço de adaptação, visto o sistema formativo se projectar cada vez mais a nível europeu, a qual pode incluir estratégias que promovam a qualidade e a eficiência, que são requisitos necessários à melhor articulação entre a teoria curricular e a prática pedagógica da formação em Turismo. Esse alargamento de âmbito europeu implica, também, um novo relacionamento em rede. A interacção na comunidade académica é o caminho indispensável para atingir os objectivos prosseguidos pelo Processo de Bolonha. O novo modelo de sistema formativo que aqui se pressupõe depende da crescente colaboração das pessoas numa estrutura em rede, quer nacional quer regional, que facilite a eficácia e a eficiência dos processos formativos em apreço.

As tendências verificadas nas principais variáveis de análise do desenvolvimento da educação em Turismo são reveladas, conjuntamente, pelas séries estatísticas referentes às vagas, aos alunos inscritos pela 1ª vez no 1º ano, aos alunos inscritos em todos os anos e, ainda, aos diplomados de cada curso (Salgado, 2007). Em termos das referidas séries temporais, o comportamento registado em cada variável reforça uma tendência de considerável crescimento nos valores correspondentes ao período que vai de 1986/87 até 2009/10. Numa apreciação global, pode classificar-se como um crescimento de natureza verdadeiramente exponencial. A obrigatoriedade de adequação dos cursos de licenciatura (1º ciclo) às regras impostas pela implementação do Processo de Bolonha conduziu a interessantes constatações que a seguir se passam a descrever a nível dos cursos e das vagas para 2010/11, mesmo que sejam abordadas de modo relativamente generalista algumas das alterações de natureza curricular e da estruturação da rede da oferta educativa em Turismo, sobretudo a nível da oferta formativa na Região Centro.

No ano lectivo de 2010/11 há 1784 vagas (+5,2%) em 50 cursos públicos a nível nacional, sendo que houve abertura de dois novos cursos (Gestão Turística, no IPCB - ESG de Idanha-a-Nova; Gestão das Actividades Turísticas, no IPP – ISCAP de São Mamede de Infesta) perfazendo 66 vagas. Nesta oferta educativa apenas cinco cursos pertencem ao sector universitário. Por seu lado, a Região Centro possui 23 cursos públicos de formação superior em Turismo (cf. tabela 2), sendo 2 deles pertencentes ao subsistema universitário, à qual correspondem 744 vagas (41,7%), o que constitui um dado relevante sobre a importância relativa desta Região no contexto nacional.

Tabela 2 – Instituições públicas e licenciaturas da área do Turismo da Região Centro

Estabelecimento de Ensino Superior	Nome da licenciatura
Universidade de Aveiro - Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial	Turismo
Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras	Turismo, Lazer e Património
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Gestão Hoteleira
Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Gestão Turística
Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	Ecoturismo
Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra	Turismo (regime pós-laboral)
Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra	Turismo
Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Gestão Hoteleira
Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Restauração e Catering
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Marketing Turístico (regime pós-laboral)
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Marketing Turístico (regime de ensino a distância)
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão Turística e Hoteleira
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Marketing Turístico
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Turismo
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Restauração e Catering
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Animação Turística
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão do Lazer e Turismo de Negócios
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Gestão Turística e Hoteleira (regime pós-laboral)
Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Turismo
Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Gestão Turística, Cultural e Patrimonial
Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Informação Turística
Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Gestão Turística e Cultural

No ano lectivo de 2010/11 há 1665 vagas em 31 cursos privados a nível nacional. Consta-se que haverá a abertura de apenas um curso novo de Turismo proposto pela Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Sociais de Braga. Na oferta educativa da Região Centro há apenas 5 cursos privados de formação de ensino politécnico na área do Turismo (cf. tabela 3), correspondentes a somente 125 vagas (7,5%).

Tabela 3 - Instituições privadas e licenciaturas da área do Turismo da Região Centro

Estabelecimento de Ensino Superior	Nome da licenciatura
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Viseu	Gestão de Hotelaria e Turismo
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Viseu	Património e Turismo
Escola Superior de Educação de Torres Novas	Restauração e Gestão de Unidades Alimentares
Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria	Turismo
Instituto Superior Politécnico do Oeste	Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras

A região Centro representa o total de 29 cursos (35,8%) e 869 vagas (25,2%) em cursos de licenciatura e verifica uma distribuição geográfica dispersa pelos 6 distritos. Pode-se concluir pelo predomínio do subsistema público na Região Centro (41,7%) com 744 vagas do sector público. Esta é uma realidade regional contrastante com a importância do subsistema privado no Turismo a nível das regiões-plano do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo (Salgado, 2007). Assim, nestas duas regiões predomina o sector privado com 80% das vagas desse subsistema, no conjunto das duas regiões plano, enquanto no público só representam 44% das vagas disponíveis. Na Região Centro, o ensino politécnico representa 94% (854 vagas) dessa oferta formativa. No subsistema privado, essa percentagem situa-se nos 100% (125 vagas).

Em termos de enquadramento institucional, a situação que merece alguns comentários críticos é aquela que persiste na cidade de Coimbra, pois verifica-se que as formações superiores da área do Turismo são ministradas em Escolas que têm outros objectivos, nomeadamente nas escolas superiores de Educação e na Agrária, mas também na Faculdade de Letras, factos que contribuem para manter uma diversidade considerável de abordagens que não abonam a favor da necessária maturidade do Turismo como disciplina autónoma, mas mantendo-a subserviente a outras disciplinas tradicionais.

Como espaço de análise, este artigo pretende funcionar como um instrumento de trabalho que se pretende projectar para o futuro da comunidade académica que gira em torno do Turismo, visto apoiar-se num estudo que analisou a evolução da formação superior em Turismo no nosso País, visando aperfeiçoar o modelo educativo vigente através de mudanças qualitativas no currículo e na educação em Turismo (Salgado, 2007). O presente estudo expõe a valorização dos princípios e dos conceitos inerentes à organização do sistema formativo a nível regional e nacional (em rede), que se pretendem utilizar na reestruturação do modelo educativo português, que se encontra hoje em acelerada transformação com o objectivo de corresponder aos diversos desafios europeus.

Com vista a compreender como estes agentes educativos se relacionam na Região Centro, discute-se agora a metodologia do trabalho académico em rede que se pretende promover. Assim, o conhecimento das ligações entre os membros da comunidade científica do Turismo em Portugal é necessário para conhecer em que medida estão reunidas as condições para criar um modelo de trabalho em rede (Salgado, 2007). A Sociometria é um método de análise que permite estudar o comportamento das pessoas em grupo (ou rede social), estuda os seus posicionamentos e interpreta as respectivas escolhas. Trata-se de uma interpretação indispensável para compreender as relações, formais e informais (através de indicadores sociométricos), entre os responsáveis de curso da área do Turismo. O sociograma mostra as interligações dos cursos e a regularidade dos contactos estabelecidos a nível de uma região ou país, dependendo da escala de análise. A informação fornecida pelos responsáveis de curso, sendo de cariz qualitativa, revela a complexidade das estruturas (em rede) e as dificuldades em interpretá-las. Os símbolos usados nos sociogramas constituem uma adaptação de Prados (2000: 67), segundo a seguinte orientação: individuais (IP público, círculo azul; U pública, quadrado azul; IP privado, círculo vermelho; U privada, quadrado vermelho); e critérios de relação (algumas vezes por ano, seta vermelha; uma vez por mês, seta cor de rosa; uma vez por semana, seta castanha; uma vez por dia, seta azul; muitas vezes por dia, seta verde).

A realidade formativa do Turismo descrita por Salgado (2007), apreendida pela análise da informação secundária, permite dar a conhecer a distribuição geográfica dos cursos superiores. Pretende-se complementar essa análise preliminar com a dos dados primários, obtidos com a entrevista a responsáveis de curso. A interpretação dos resultados permite verificar a viabilidade da hipótese de uma estrutura em rede entre os membros da comunidade académica que participam na formação em Turismo ao nível do Ensino Superior. Neste contexto, constata-se que os cursos públicos estão distribuídos pela generalidade do território, enquanto os privados se concentram nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, e Arquipélago da Madeira. Verifica-se uma certa complementaridade entre os dois subsistemas e, com ela, uma distribuição mais equilibrada. Nos vários sociogramas elaborados por Salgado predomina a cor vermelha, símbolo de uma certa irregularidade nos contactos entre os cursos. Demonstra-se, assim, a necessidade da reorganização em rede, a que se vem fazendo referência, nomeadamente começando na representação das relações identificadas na região Centro entre as instituições públicas e as privadas (cf. figura 3), como se defende neste

artigo. Ficaria assim estruturada uma plataforma institucional de relacionamento regular, com o objectivo de apoiar o sistema educativo na área do Turismo. Seria uma estratégia a desenvolver com vista a responder aos vários desafios, particularmente os impostos pelo Processo de Bolonha a nível europeu.

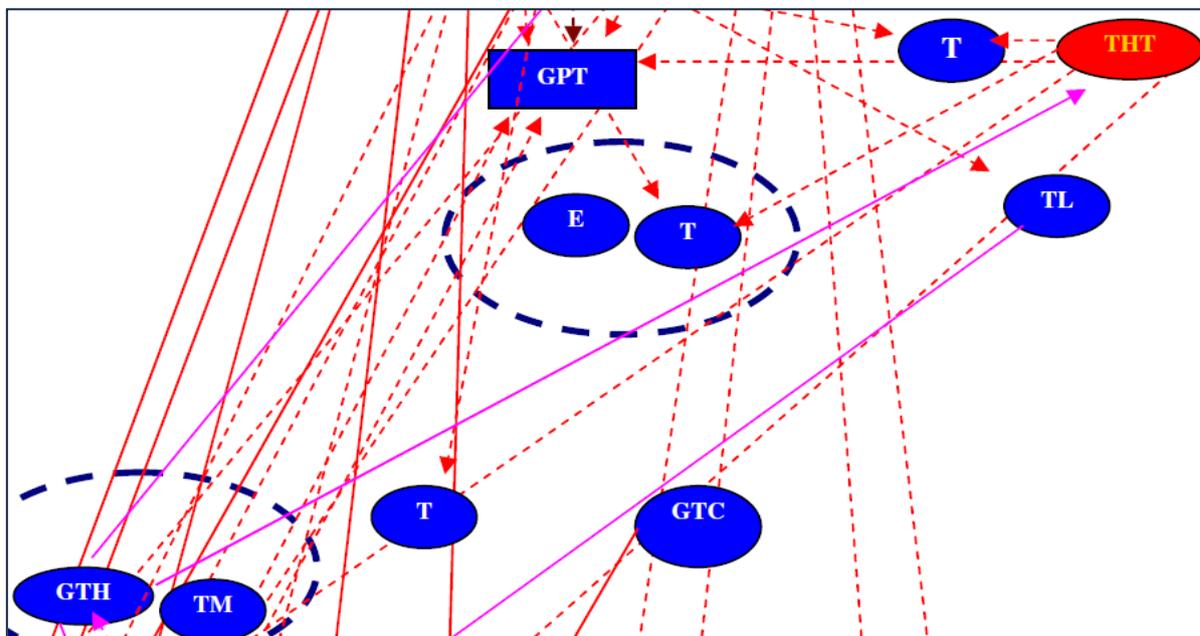


Figura 3 - Excerto da rede de relações entre instituições da Região Centro

Por um lado, Salgado (2007) conclui sobre o reduzido número de contactos na rede e, por outro, sobre uma igualmente baixa relevância atribuída às ligações existentes entre cursos. Porém, a importância dos contactos para atingir os objectivos e a compatibilidade entre os cursos foram evidências resultantes da análise das médias. Também a importância atribuída aos cursos, pelos seus pares, é digna de registo. A inexistência de diferenças significativas, por subsistema de ensino, é uma das conclusões registadas no seu trabalho de doutoramento. Apesar das instituições valorizarem as respectivas redes, pública ou privada, declara-se a vontade de alargar o âmbito desses relacionamentos para melhor atingir objectivos comuns. A organização desta comunidade académica, em rede, constitui a estratégia necessária para dinamizar a conexão entre os subsistemas público e privado e, assim, permitir a génese do sistema formativo em Turismo que se advoga neste artigo. A receptividade à adesão a uma estrutura em rede foi claramente demonstrada pelo interesse manifestado pelos responsáveis de curso. Nesse mesmo sentido, afirmaram estar dispostos a promover a adaptação do funcionamento do curso e a alteração da sua estrutura curricular, nomeadamente para estimular a mobilidade. Os indicadores mostram a tendência para valorizar a estruturação em rede, que pode ser bem coordenada, assumindo objectivos orientados para a formulação de políticas e estratégias educativas comuns, por forma a comunicar e a dialogar mais eficazmente com os pares. A eficiência do sistema de ensino em Turismo depende de uma efectiva integração. A organização em rede é o instrumento necessário a esta comunidade académica, que verifica as homogeneidades essenciais para o seu estabelecimento coeso, que permite a maior mobilidade de alunos e docentes, a partilha de conhecimentos, a formação avançada de docentes, entre outras vantagens diversas.

A formação em Turismo torna-se cada vez mais importante no Ensino Superior, o que justifica uma efectiva articulação em rede entre as instituições. Na entrevista analisaram-se questões sobre esse tipo de funcionamento e o estudo utilizou estatísticas descritivas e

inferenciais, com vista a conhecer as tendências. A Sociometria, agindo complementarmente, esquematizou algumas dessas relações, viabilizando escolhas em ordem à coordenação da rede na área do Turismo. Neste sentido, o conhecimento da estrutura educativa em apreço exige uma pesquisa rigorosa e actualizada, que revele o nível de articulação entre as instituições existentes. O objectivo principal é estabelecer uma estratégia que dinamize a sua articulação em rede, a nível do sistema formativo nacional e, em particular, na Região Centro.

A inexistência de uma rigorosa política educativa de ensino do Turismo, no Ensino Superior Português, é discordante, designadamente, com a importância e o correspondente peso desta actividade económica no País e nas suas Regiões (Salgado, 2007). Neste contexto, realça-se a importância da pesquisa sobre a educação em Turismo, que se pode realizar na academia portuguesa, nomeadamente partindo do diagnóstico da realidade regional para o estabelecimento de algumas linhas orientadoras que permitam uma melhor articulação e interacção entre os intervenientes existentes na Região Centro.

Assume-se, assim, a complexidade da formação em Turismo e a percebida desarticulação entre os intervenientes e, nesses pressupostos, a presente reflexão pretende esclarecer a situação existente no Turismo, de modo a propor algumas sugestões com vista a tornar esse sistema mais eficiente no espaço geográfico da Região Centro. Contudo, o estabelecimento de um sistema formativo integrado na área científica do Turismo, ao nível do Ensino Superior Português, constitui uma estratégia importante para garantir o desenvolvimento sustentado do sector (Salgado, 2007). Esta relação reconhece a indispensabilidade de conceber processos curriculares, formativos e educacionais mais eficientes nesta área científica, que lhe permita alcançar o seu estatuto científico próprio como área de ensino. Estes processos dependem, igualmente, do rigor na organização curricular e na estruturação do sistema em rede, constituindo instrumentos indispensáveis à moderna prática educativa.

No Turismo, os cursos devem ser estabelecidos de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com o planeamento integrado da respectiva rede pública e privada. O sistema formativo em Turismo pretende, assim, garantir o planeamento integrado (em rede) das instituições e dos cursos a nível nacional, mas partindo da prévia articulação regional, que se assume em cada região-plano. Essa é uma vontade expressa pela maioria dos responsáveis de curso que registaram inúmeras vantagens nessa associação em rede (Salgado, 2007). A referência ao facto dos cursos existentes não terem em conta as necessidades regionais no âmbito de um planeamento integrado da respectiva rede pública e privada, releva que a maioria dos inquiridos considera que a rede é um instrumento indispensável à reorganização mais eficaz do sistema formativo em Turismo, sobretudo na adequação ao Processo de Bolonha.

O desenvolvimento curricular no Ensino Superior poderá ser outro meio essencial para estabelecer melhores planos de estudos dos cursos em Turismo. Na realidade, as deficiências que permanecem na formação em Turismo, especialmente em termos da organização curricular, podem comprometer a desejada estruturação em rede, pois não existe o planeamento que a lei prevê para a rede nacional, que inclua os subsistemas público e privado. As metodologias curriculares e educativas utilizadas nos últimos vinte e cinco anos na educação em Turismo são visivelmente inadequadas à nova realidade decorrente da implementação do Processo de Bolonha. Exige-se assim um grande esforço de adaptação, visto o sistema formativo se projectar cada vez mais a nível europeu, a qual pode incluir estratégias que promovam a qualidade e a eficiência, que são requisitos necessários à melhor articulação entre a teoria curricular e a prática pedagógica da formação em Turismo. Esse

alargamento de âmbito europeu implica, também, um novo relacionamento em rede. A interacção na comunidade académica é o caminho indispensável para atingir os objectivos prosseguidos pelo Processo de Bolonha. O novo modelo de sistema formativo que aqui se pressupõe depende da crescente colaboração das pessoas numa estrutura em rede, quer nacional quer regional, que facilite a eficácia e a eficiência dos processos formativos em apreço. Logo, será importante estudar a melhor forma de implementar uma rede social em turismo, sobretudo aplicada à região Centro de Portugal.

Conclusão

Deste artigo pode concluir-se sobre a importância no desenvolvimento de uma rede social no campo da educação em Turismo, que agregue a informação dos seus membros e, ao mesmo tempo, fomente a comunicação entre eles. A organização da rede de intervenientes profissionais no contexto do ensino superior do Turismo, na região Centro de Portugal, é um dos objectivos do presente estudo, que começa aqui por defender a utilização eficiente das redes sociais como uma interessante ferramenta a desenvolver no campo da educação em Turismo. A entrevista implementada por Salgado (2007) junto dos coordenadores de curso de 1º ciclo (licenciatura) permitiu conhecer as relações formais e informais existentes nesta comunidade científica em Portugal e, sobretudo, as debilidades da rede existente. Consideramos que a criação de uma comunidade participativa e dinâmica, que pode tornar-se um fórum permanente de reflexão e discussão sobre as melhores práticas de formação, será um valor acrescentado através do uso eficiente das redes sociais. A utilização eficiente das redes sociais pelos elementos da comunidade científica do Turismo constituirá um instrumento de trabalho eficaz na melhoria da comunicação entre os nódulos da rede do ensino superior, que pode expandir-se posteriormente ao nível da formação profissional. Esta efectiva articulação em rede estruturará e fortalecerá as relações existentes entre os membros da comunidade académica do Turismo na Região Centro. O projecto ONET será uma plataforma tecnológica para esse trabalho a fazer com a nossa comunidade académica, que pode ser decisiva para melhorar a sua organização e funcionamento em rede, funcionando como uma poderosa rede social que agregue valor acrescentado em torno do sistema educativo do Turismo.

As conclusões preliminares que podem ser extraídas deste artigo permitem sustentar, com alguma segurança, a defesa da tese da viabilização de um modelo de interacção das instituições com formação em Turismo, a nível regional. Modelo em que se apoiem as estratégias conducentes a uma organização de redes na Região Centro, que inclua as instituições do subsistema público e do privado, e contemple, igualmente, a interacção das instituições de ensino politécnico e de ensino universitário. Na realidade, a discussão política actual sobre a descentralização administrativa e a eventual regionalização do nosso País reforçam a importância das regiões definidas em termos das NUT II, sendo que esta análise se concentra nos seis distritos da Região Centro (Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria e Castelo Branco).

O turismo português não deve perder o comboio das mudanças que, inevitavelmente, estão a acontecer na Europa e no mundo. É um processo de adaptação exigente a que não se podem alhear as instituições de Ensino Superior. Para acompanhar as mudanças, nada melhor que enquadrar esta ciência na educação, por forma a transformá-la em área académica com estatuto científico reconhecido entre pares. A educação em Turismo insere-se inevitavelmente nesse ambiente de mudanças que ocorrem a nível mundial. O Processo de Bolonha vem procurar “arrumar a casa” a nível europeu, para que essas alterações se façam com algumas

regras, também a nível do nosso País e das suas regiões. Se não se fizer com rigor a necessária adequação da educação em Turismo, o ensino superior português arrisca-se a perder competitividade numa área científica importante.

A nova realidade educativa, particularmente no ensino superior, exige respostas adequadas. Há uma vertente economicista que se vai impondo à gestão das escolas (sem esquecer o ponto de vista curricular), tendo em conta o mercado de emprego e outros mercados. Estas e outras realidades exigem adaptações que, a nível regional e nacional, alinhem nas que Bolonha propõe a nível europeu. A inserção do Turismo no sistema formativo nacional pode orientar-se no sentido da profissionalização dos técnicos, em qualquer das ramificações do sector. É um espaço onde a organização curricular tem uma função a desempenhar, desde o planeamento à elaboração das estratégias. Hoje, a importância do turismo é um dado adquirido. Daí que as diversas tendências tenham de ser identificadas e devidamente acompanhadas com vista a incorporá-las nas estratégias de actuação, quer no íntimo do próprio sector, quer no sistema educativo, por causa da necessária actualização do currículo; e também da sua integração regional numa estrutura em rede. A constatação das necessidades laborais e formativas exige uma adequada resposta, que se consegue fazendo um acompanhamento atento e continuado de todas as realidades, em ordem aos ajustamentos que se impuserem em cada momento. Este processo, de si mesmo contínuo, poderá utilizar o desenvolvimento curricular como instrumento de trabalho académico e prospectivo.

Neste contexto regional sugerem-se diversas recomendações a seguir formuladas: promover uma boa cooperação e comunicação entre todas as instituições de ensino superior da Região Centro; racionalizar e integrar em rede os sistemas de ensino superior público e privado, quer politécnico, quer universitário; estabelecer a ligação entre níveis de ensino, nomeadamente no que respeita a conteúdos formativos e competências profissionais; implementar o ensino superior nas carenciadas áreas da hotelaria, animação e restauração; conferir maior dignidade à imagem das profissões criadas no sector, especialmente as da hotelaria e da restauração; gerir melhor os recursos humanos e os financeiros, em ordem à dignificação das formações a nível profissional e superior.

A descrição breve sobre a situação da Região Centro neste ano lectivo permite tecer algumas considerações, nomeadamente ao comparar, globalmente, o ensino superior público (41,7% de vagas) com o privado (7,5% de vagas), deparamos com diferenças substanciais, nomeadamente a predominância do primeiro nesta Região. Este facto traduz-se numa diferença substancial ao nível da entrada dos alunos no sistema de ensino e, conseqüentemente, nas competências pessoais e profissionais dos diplomados. Uma análise mais objectiva aos 23 cursos superiores públicos também reforça a tendência da maior importância do referido subsistema. No ensino superior assiste-se à expansão de cursos no ensino superior público, que apresentam uma grande variedade de designações e cujos objectivos são, muitas vezes, difíceis de compreender e justificar, como se constata no caso das várias instituições académicas da cidade de Coimbra. Em consequência do crescimento parece evidente que o futuro próximo tenderá a caracterizar-se por um forte acréscimo do número de diplomados. Salienta-se o facto dos indicadores utilizados apontarem claramente uma tendência bem definida, no âmbito da análise quantitativa proveniente da informação secundária aqui utilizada, que vai no sentido de reforçar o papel das instituições públicas e de ensino politécnico.

A prioridade na implementação de novos cursos de ensino superior nesta Região deve ter presente o diagnóstico das debilidades qualitativas existentes na educação e formação em

Turismo, que poderão naturalmente ter consequências a nível do desenvolvimento económico e social do País e suas regiões, devido à importância crucial do sucesso do sector turístico. Sendo óbvio que, neste início de ano lectivo, a área científica da educação em Turismo se depara com grandes desafios em Portugal; está-se convicto que as sinergias entre pares académicos e a demonstração da qualidade são factores decisivos para o êxito que se deseja em cada região. Crê-se ainda que, para se oferecer um serviço turístico de qualidade, a formação é um factor chave. Daí a caracterização do sistema de ensino superior, nesta área, com particular incidência na Região Centro.

Referências bibliográficas

ANECA (2004), *Título de Grado en Turismo: Informe de la Comisión de Evaluación del Diseño del Título de Grado de Turismo*, Girona: Escuela Universitaria de Turismo de Girona.

ARROTEIA, J. C. (1996), *O Ensino Superior em Portugal*, Aveiro: Fundação João Jacinto de Magalhães – Universidade de Aveiro.

BALL, S. (1998), Big Policies/Small World: An Introduction to International Perspectives in Education Policy, *Comparative Education*, 34 (2), pp. 119-130.

BRANDÃO, F., Costa, C. M. M. (2010), Tourism Observatories supporting regional tourism destinations management and competitiveness, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 13/14, 205-217.

CARRERA, F. (2009). *Networking: Guia de Sobrevivência Profissional*, Lisboa: Edições Sílabo.

CEDEFOP (1999), *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*, 2ª Edição, Thessaloniki: CEDEFOP.

Diário da República, Lei 46/1986 de 14 de Outubro, *Lei de Bases do Sistema Educativo*, INCM, I Série, Número 237.

Diário da República, Decreto-Lei n.º 108/2000 de 30 de Junho, *criação do Observatório do Turismo*, INCM, DR 149 SÉRIE I-B.

Diário da República, Portaria n.º 256/2005 de 16 de Março, *Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação*, INCM, I Série-B, pp. 2281-2313.

Diário da República, Portaria n.º 782/2009 de 23 de Julho, *Quadro Nacional de Qualificações*, INCM, 1.ª Série-N.º141, pp. 4776-4778.

GAGO, J. M. (ed.) (1994), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa: Instituto de Prospectiva.

GONÇALVES, E., Lima, C., Completo, F., Serra, F., Ferraz, J., Umbelino, J., Rodrigues, P., Anselmo, R. (2005), *Implementação do Processo de Bolonha: PGTT*, Lisboa: CCISP.

JOAQUIM, G. (1998), *Turismo e Recursos Humanos: a Inevitabilidade da Investigação e da Criatividade, Separata do Correio de Turismo*, 1, pp. 5-8.

MARTINS, G. O. (1998), Educação ou a Aposta na Relevância, Debates Presidência da República (ed.), *A Educação e o Futuro*, Lisboa: INCM, pp. 71-79.

MOURA, C. (1999), Formação e Emprego no Turismo, *Correio do Turismo: Edição Especial*, Lisboa: INFT, pp. 55-59.

PAULO, F. C. (1999), Reforma Educativa Portuguesa no Contexto das Reformas Educativas na Europa e no Mundo, SPCE (ed.), *Investigar e Formar em Educação*, IV Congresso SPCE, Porto, 2, pp. 335-347.

PRADOS, J. S. F. (2000). *Sociología de los Grupos Escolares: Sociometría y Dinámicas de Grupos*, Almería: Universidad de Almería.

SALGADO, M. A. B. (2007), *Educação e Organização Curricular em Turismo no Ensino Superior Português*, Tese de Doutoramento, Aveiro: Universidade de Aveiro.

SALGADO, M. A. B., Lemos, F. M. F. R., Faria, C. M. F. S. (2008), *Education and Training in Tourism: National Observatory for Tourism Education*, Proceedings of the IASK International Conference in Tourism Research, pp. 206-215.

SEIXAS, A. M. (2003), *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal: A Inevitável Presença do Estado*, Coimbra: Quarteto.

SIMÃO, J. V., Santos, S. M., Costa, A. A. (2003), *Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década*, Lisboa: Gradiva.

Web sites consultados

Alexander, B. (2008). *Social Networking in Higher Education*, na Web, Retrieved September 5, 2010, from net.educause.edu/ir/library/pdf/PUB7202s.pdf

Bohn, V. (2009). *As redes sociais no ensino: Ampliando as interações sociais na Web*, Retrieved September 5, 2010, from <http://www.conexaprofessor.rj.gov.br/temas-especiais-26h.asp>

Buhalis, D. (2010). *Redes sociais\Informação Facebook e Twitter estão a mudar o turismo*, Retrieved September 5, 2010, from <http://faceturis.blogs.sapo.pt/12405.html>

Campos, R. (2009). *Ensino superior e as mídias sociais: relacionamento e transparência*, Retrieved September 5, 2010, from <http://ricardocampos.wordpress.com/2009/07/30/ensino-superior-e-as-midias-sociais-relacionamento-e-transparencia>

O'Reilly, T. (2005). *What is Web 2.0? Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software*. Retrieved September 5, 2010, from <http://www.oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>

Raquel, R. (2009). *Como utilizar as redes sociais e as novas tecnologias na Educação*. Retrieved September 5, 2010, from <http://www.conexaprofessor.rj.gov.br/temas-especiais-26a.asp>

Zanetti, H. (2009). *Redes sociais como ferramenta de ensino*, Retrieved September 5, 2010, from <http://www.conexaprofessor.rj.gov.br/temas-especiais-26k.asp>